Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural

Despacho n.º 5286/2014

Nos termos e para efeitos do n.º 3 do artigo 6.º, do Decreto-Lei n.º 336/89 de 4 de outubro, dá-se conhecimento das Sociedades que não cumprem a legislação específica em vigor, como constam na relação anexa em número de três, e que vão ser alvo de retirada do Alvará de Reconhecimento de Sociedades de Agricultura de Grupo.

4 de abril de 2014. — O Diretor-Geral, *Pedro Teixeira*

ANEXO

Listagem das sociedades de agricultura de grupo alvo de retirada de alvará de reconhecimento

Ano 2014:

Sociedade de Agricultura de Grupo Bicha & Filhos, L.ª, com sede em Cerrado das Marinhas, freguesia de Santa Maria, Concelho de Alcácer do Sal, com alvará de reconhecimento de 07 de dezembro de 1987, por alteração da sua natureza jurídica, deixa de reunir os requisitos de constituição como SAG;

Sociedade de Agricultura de Grupo Casa Caetano, L.ª, com sede na freguesia de Fajozes do Concelho de Vila do Conde, com Alvará de reconhecimento de 01 de junho de 1999, requereu a retirada do Alvará;

Sociedade de Agricultura de Grupo Casa Pereira, L.ª, com sede na freguesia de Vairão, Concelho de Vila do Conde, com Alvará de reconhecimento de 05 de fevereiro de 1996, requereu a retirada do Alvará.

207747387

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Administração Regional de Saúde do Centro, I. P.

Aviso n.º 5053/2014

Para os devidos efeitos, torna-se público que o procedimento simplificado de seleção a nível regional conducente ao recrutamento de um assistente da área hospitalar de urologia da carreira médica hospitalar para ocupação de um posto de trabalho para o Centro Hospitalar Tondela-Viseu, E. P. E., aberto pelo aviso n.º 1738/2014, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 26, de 6 de fevereiro de 2014, ficou deserto por inexistência de candidaturas.

4 de abril de 2014. — O Presidente do Conselho Diretivo da ARS do Centro, I. P., *José Manuel Azenha Tereso*.

207746836

Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P.

Aviso (extrato) n.º 5054/2014

Por despacho do vogal do conselho diretivo da ARSLVT, I. P., de 7 de fevereiro de 2014 e nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, aplicável por remissão do n.º 2 do artigo 73.º da Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, torna-se público que Maria da Conceição Ferreira da Silva Ponte concluiu com sucesso o período experimental, na sequência da celebração do contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado com a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P., para desempenho de funções na categoria de enfermeiro, da carreira especial de enfermagem, no ACES Arco Ribeirinho — UCSP Bocage, sendo o tempo de duração do período experimental contado para efeitos da atual carreira e categoria.

19 de março de 2014. — O Vogal do Conselho Diretivo da ARS de Lisboa e Vale do Tejo, I. P., *Dr. Pedro Emanuel Ventura Alexandre*.
207752327

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

Gabinete do Secretário de Estado do Ensino Superior

Despacho n.º 5287/2014

Nos termos e para os efeitos previstos no n.º 10 do artigo 62.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 215/89, de 1 de julho, na sua redação atual, e ao abrigo da competência delegada pelo Despacho n.º 10368/2013, do Senhor Ministro da Educação e Ciência, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 152, de 8 de agosto de 2013, reconhece-se que a CEUPA, Cooperativa de Desenvolvimento Universitário e Politécnico do Algarve, C.R.L., com sede no Convento do Espírito Santo, 8100-641 Loulé, com o NIF/NIPC 503724645, entidade instituidora e titular do Instituto Superior Dom Afonso III (INUAF), estabelecimento de ensino superior reconhecido pelo Decreto-Lei n.º 301/97, de 31 de outubro, e enquadrado na alínea g) do n.º 6 daquele artigo 62.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais (abreviadamente E.B.F.), prossegue atividades regulares consideradas de interesse educacional, pelo que, e conforme previamente requerido pela mencionada entidade, os donativos recebidos no corrente ano de 2014 podem beneficiar do regime fiscal previsto no capítulo X do E.B.F. desde que os respetivos mecenias não tenham, no final do ano ou período de tributação em que o donativo é atribuído, qualquer dívida de imposto sobre o rendimento, a despesa ou o património e de contribuições relativas à Segurança Social, ou tendo-a, sendo exigível, a mesma tenha sido objeto de reclamação, impugnação ou oposição e prestada garantia idónea, quando devida, e sem prejuízo do disposto no artigo 86.º do Código do IRC, se ao caso aplicável.

3 de abril de 2014. — O Secretário de Estado do Ensino Superior, *José Alberto Nunes Ferreira Gomes*.

207747095

Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares

Agrupamento de Escolas de Catujal — Unhos, Loures

Despacho n.º 5288/2014

Nos termos do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público a lista nominativa do pessoal docente que cessou funções por motivo de aposentação no período compreendido entre 1 de janeiro de 2011 e 31 de dezembro de 2013.

Nome	Grupo	Data	Índice
Lucília Gaspar Nuné Salvador	110	30-06-2011	340
Maria Odete Ferreira Damião	200	31-08-2011	299
Luís Nunes da Silva Leite	600	30-11-2012	245
Maria Conceição Sousa Carvalho Tavares Duarte	110	30-06-2013	340
Filomena dos Santos Paulino Dias.	110	31-08-2013	340
Maria do Carmo Gadanho Oliveira	110	31-10-2013	340

7 de abril de 2014. — O Diretor, *João António Nunes Carvalho*.
207749582

Agrupamento de Escolas Piscinas-Olivais, Lisboa

Aviso n.º 5055/2014

Abertura de procedimento concursal prévio à eleição de Diretor

Nos termos do disposto nos artigos 21.º e 22.º, do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 137/2012 de 2 de julho, torna-se público que, se encontra aberto concurso para provimento do lugar de Diretor do Agrupamento de Escolas Piscinas — Olivais, Lisboa, pelo prazo de 10 dias úteis, a contar do dia seguinte ao da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

1 — Os requisitos de admissão ao concurso são os fixados no Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho:

1.1 — Docentes de carreira do ensino público ou professores profissionalizados com contrato por tempo indeterminado do ensino particular e cooperativo, em ambos os casos com, pelo menos, cinco anos de